

A IMPORTÂNCIA DAS CULTURAS DE MILHO E FEIJÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA ATENDIDOS PELO PROJETO LUMIAR - PARANÁ¹

João Edmilson Fabrin²
Juan Artigas Souza Luz³
Celso Lisboa de Lacerda⁴

Introdução

Os assentamentos de reforma agrária surgem, principalmente como resultado da organização e mobilização dos trabalhadores rurais sem terra que através de suas mobilizações passam a pressionar o Estado para atender suas reivindicações. A posse da terra coloca ao trabalhador rural assentado uma nova condição, ou seja, organizar a produção agrícola no assentamento como uma das condições básicas para garantir sua permanência na terra.

Assim, a organização da produção no assentamento é fundamental para garantir o progresso econômico, político e social das famílias assentadas. Neste contexto, as culturas de milho e feijão apresentam-se como atividades de importância fundamental para o desenvolvimento de assentamentos de reforma agrária no Estado do Paraná. A importância destas culturas destaca-se tanto na comercialização e beneficiamento dos produtos como na sustentação de outras atividades agropecuárias desenvolvidas no interior dos lotes.

Cultivadas, praticamente, em todos os lotes, sobretudo através de força de trabalho familiar, a produção de milho e feijão contribui para o desenvolvimento de outras culturas, destinadas prioritariamente aos mercados, permitindo produção abaixo dos custos médios.

A compreensão da dinâmica de desenvolvimento das relações capitalistas de produção em que as culturas de milho e feijão estão inseridas é importante para apresentar alternativas de desenvolvimento para os assentamentos. Tratando-se de culturas tradicionais, destinadas em grande parte ao consumo alimentar e à sustentação de outras atividades, poder-se-ia atribuir importância secundária às lavouras de milho e feijão. Entretanto, isso não ocorre e embora não incorporadas completamente à dinâmica dos mercados capitalistas, mesmo assim, verifica-se a subordinação das referidas atividades agrícolas ao sistema e aos interesses do acúmulo capitalista.

¹ O Projeto Lumiar de assistência técnica aos assentamentos é integrante de um programa de qualidade e produtividade nos assentamentos de reforma agrária e foi implantado pelo Inbra a partir de experiências realizadas no Nordeste através do Programa Contacap de assistência. Assemelha-se a uma proposta de terceirização da assistência técnica nos assentamentos.

² Supervisor Externo do Projeto Lumiar/PR (1999) e Professor do Depto de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

³ Engenheiro agrônomo e Supervisor Externo do Projeto Lumiar/PR (98/99).

⁴ Engenheiro agrônomo assessor da CCA/PR (Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná) e Supervisor Externo do Projeto Lumiar/PR. (98/99)

Evidentemente que a organização da produção dessas lavouras faz parte da trajetória de vida e das experiências de cultivos, técnicas e sistemas agrícolas desenvolvidos no passado pelos assentados. Mas, as trajetórias de lutas desses trabalhadores imprimiram novos sentidos à organização, não apenas das lavouras que nos propomos a abordar neste trabalho (milho e feijão), mas também à produção nos assentamentos de um modo geral.

Daí a necessidade de uma abordagem que não tenha como limite a discussão da questão agrícola e “agronômica” apenas. Mas, a compreensão destas culturas a partir do contexto em que os assentados estão inseridos, tanto política como economicamente. Assim, emerge a necessidade de compreensão do desenvolvimento das culturas de milho e feijão nos assentamentos, contextualizando-a a partir das lutas pela reforma agrária. A dimensão econômica e produtiva não está desligada da dimensão política e social dos assentamentos.

A referência às lutas dos trabalhadores pela reforma agrária é fundamental para compreender o desenvolvimento de culturas no interior dos assentamentos, pois existe uma relação próxima entre as experiências de lutas e a prática nas lavouras.

A trajetória de luta pela terra e pela reforma agrária desenvolvida pelos trabalhadores rurais tem conotações políticas, com rebatimentos e implicações na produção e organização das lavouras. Portanto, torna-se muito difícil compreender a organização da produção nos assentamentos sem levar em consideração o desenvolvimento das lutas pela reforma agrária, principalmente aquelas desenvolvidas pelo movimento dos trabalhadores rurais sem terra.

Portanto, os assentamentos não significam apenas uma inclusão dos sem-terras à dinâmica econômica e produtiva, mas uma ressocialização destes trabalhadores, inseridos na sociedade não apenas do ponto de vista econômico. Por isso, a necessidade de entender os assentamentos no contexto político, social e econômico.

O trabalho foi dividido em três partes. A primeira parte refere-se à ação dos trabalhadores rurais destacando suas mobilizações e lutas na busca dos assentamentos. A segunda parte trata da relação entre assentamento e reforma agrária. A última parte trata do objeto deste estudo propriamente dito, ou seja, a organização da produção de milho e feijão nos assentamentos atendidos pelo Projeto Lumiar/Incra-Pr. A apresentação e análise de dados e informações sobre as condições dos assentamentos foram feitas também neste momento, além de destacar a importância da orientação técnica prestada pelas Equipes Locais (grupos de técnicos) organizadas pelo Projeto Lumiar.

A condição de Supervisores Externos do Projeto Lumiar permitiu a realização de uma pesquisa participante, visitando os assentamentos, coordenando e participando de reuniões junto aos assentados e técnicos e discussões sobre as variadas dificuldades enfrentadas pelos assentados, permitiu a ampliação das informações sobre os assentamentos estudados. Os 157 questionários aplicados às famílias e grupos coletivos, pelos técnicos das Equipes Locais, acompanhados pelos Supervisores Externos, permitiram coleta de dados e informações, as quais contribuíram para a sustentação empírica no desenvolvimento deste estudo.

Reforma agrária e luta pela terra

As discussões sobre reforma agrária estão presentes no debate político desde o início do século XX, e no decorrer desse tempo têm assumido diferentes conotações, formas e significados. A reforma agrária já foi associada à modernização da agricultura, mudanças das relações de trabalho, colonização e ocupação de novas terras, desapropriação massiva, intervenções, assentamentos de trabalhadores rurais e criação de empreendimentos coletivos. (Medeiros, 1999)

As discussões do poder dos latifundiários e da reforma agrária não são uma questão nova, mas é na década de 60 que o debate sobre a reforma agrária vai tomar impulso a ganhar amplitude devido, principalmente, às ações do Partido Comunista. A idéia de que o campo brasileiro era marcado por traços feudais, o que impedia o desenvolvimento das forças produtivas, se constituía num obstáculo para a implementação da proposta política do PC. Para isso, seria necessário desenvolver um conjunto de ações políticas que consistiam numa aliança ampla, inclusive com os segmentos da burguesia.

Surgiu também a proposta de reforma agrária das Ligas Camponesas. Os camponeses investiam também na quebra do poder oligárquico, porém sem nenhuma aliança com segmentos burgueses. As ligas tiveram grande significado não pela sua territorialização, pois esteve mais concentrada nos Estados do Nordeste, mas pelos desdobramentos na formulação de uma proposta para as questões relacionadas ao campo brasileiro. As Ligas tinham como proposta principal a alteração do regime de posse e propriedade da terra.

Segundo Medeiros, neste contexto se fixaram politicamente significativos debates sobre a reforma agrária, quando foram incorporados novos conteúdos a algumas palavras-chaves, como por exemplo, o latifúndio. Este conceito foi construído e entendido não apenas como grande propriedade, improdutiva e atrasada tecnologicamente, mas passou a expressar uma relação de poder, de opressão e ausência de direitos (Idem, p.5). Assim, a luta contra o latifúndio passou a ganhar legitimidade e a alteração da estrutura fundiária passou a ser entendida no contexto das relações de poder e de conflito de classes. Dessa forma, foi incorporado conteúdo político ao latifúndio, pois não se tratava apenas de um “atraso econômico”.

No período compreendido de 1945 a 1964 ocorreu um fortalecimento dos movimentos populares de luta pela reforma agrária em todo o Brasil. O golpe militar de 1964 e conseqüentemente a centralização da questão agrária através da elaboração do Estatuto da Terra foi um dos instrumentos utilizados para conter as forças populares.

Baseado num modelo essencialmente desenvolvimentista, o Estatuto da Terra previa a classificação dos imóveis rurais em minifúndio, latifúndios por dimensão e exploração e empresa rural. O latifúndio e o minifúndio, fontes geradoras dos conflitos, deveriam ser substituídos pela empresa rural. Considerado como uma irracionalidade, o latifúndio seria substituído por uma exploração “racional”, ou seja, a empresa rural capitalista. Esse modelo ideal de imóvel rural deveria cumprir a função social da terra determinada pela Constituição.

A desapropriação por interesse social prevista no Estatuto da Terra ficou para segundo plano, sendo dada preferência para a tributação na extinção dos latifúndios. A reforma agrária dos militares foi pensada também a partir dos projetos de colonização, quando eram distribuídos títulos de posse de terra aos agricultores na Amazônia, principalmente. Assim, o elemento principal (desapropriações) para a eliminação do latifúndio e implantação da reforma agrária foi substituído pelo instrumento acessório (colonização e tributação). Os projetos de colonização com a distribuição de lotes de 100 ha nas margem das rodovias na Amazônia tinham entre outros objetivos a desmobilização da luta pela terra em outras regiões do País.

No final da década de 70, surgem os primeiros sinais de esgotamentos do plano político e agrário dos militares com o agravamento das tensões no campo.

Neste contexto, caracterizado pela emergência das lutas no campo, surge a mobilização dos trabalhadores rurais sem-terra, que procura colocar o Estado no centro das reivindicações, resultando na realização dos primeiros assentamentos de reforma agrária em todo o país. Evidentemente, não foram apenas os sem-terras que levantaram a bandeira da reforma agrária e passaram a promover lutas para a realização de assentamentos de trabalhadores sem-terra. A CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), após o período de intervenção militar, apoiando-se no Estatuto da Terra, passa a politizar e recorrer às “garantias” do Estatuto para a realização das desapropriações e dar suporte para as suas demandas.

A origem da luta dos sem-terras tem início no final da década de 70, por trabalhadores expulsos e expropriados com o processo de “modernização” ocorrido no campo. Esses trabalhadores, através de ação de resistência, passaram a promover ocupações de grandes propriedades improdutivas, recusando a proletarização e o deslocamento para a Amazônia ou Paraguai. Ao mesmo tempo em que ocorre a expulsão e expropriação com a evolução do capitalismo, abre-se a possibilidade de retorno à terra, através de ocupações de terra e lutas de resistência.

Discordando das práticas de luta da CONTAG, onde as vias legais se constituíam num dos principais instrumentos, as primeiras mobilizações dos sem-terras surgem de forma pouco articuladas com as ocupações realizadas nos cinco Estados do Sul do Brasil (RS, SC, PR, MS e SP). Embora isoladas, as lutas foram organizadas, principalmente, pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), criada, em 1975, para apoiar as lutas dos trabalhadores do campo.

Em 1984, foi realizado, na cidade de Cascavel-PR, o primeiro Encontro dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, marcando o início das articulações das lutas no campo. Neste Encontro, foram definidos os princípios, formas de organização, reivindicação e luta do Movimento.

Assim nasceu o MST, que com seu caráter popular passa a representar uma nova fase na organização dos trabalhadores do campo, com novas formas de luta, fazendo com que a sociedade veja a sua condição de excluído do processo produtivo e da apropriação da terra, criando situações para envolver o Estado na questão da terra, através de ocupações (terra e órgãos públicos), caminhadas, atos públicos, etc.

Para o MST, a reforma agrária tem como principal centro, a luta pela terra. Por isso as ocupações se constituem em importantes instrumentos de luta, que visam em última instância, solapar a estrutura agrária baseada na concentração de terras, o que garante poder às elites e segmentos dominantes no campo. Portanto, a “espinha dorsal” das classes hegemônicas é propriedade da terra e a sua democratização, efetivada através da reforma agrária, viabilizará outras conquistas, tanto econômicas como política. Assim, o acesso à terra seria a primeira condição para superar a situação de exclusão em que se encontram as diversas categorias de trabalhadores do campo.

No I Congresso do MST, realizado em 1985, foi definida a seguinte palavra de ordem: *Sem Reforma Agrária Não Há Democracia*. A prioridade dos sem-terras era a sua organização interna e a realização de ocupações nos vários Estados do Brasil. Os proprietários de terra e as forças conservadoras, através da UDR, investiram (inclusive com meios violentos) no fracasso da política do MST e da reforma agrária. Defendiam a inviabilidade dos assentamentos rurais, afirmando que estes eram verdadeiras favelas rurais. Neste contexto, o MST adota uma nova palavra de ordem: *Ocupar, Resistir e Produzir*, resultante do amadurecimento das experiências de luta. A preocupação, daí em diante, não seria somente a conquista da terra, mas também organizar a produção, como prova da viabilidade dos assentamentos e da reforma agrária. Resultante das experiências surge a proposta de organizar a produção através da cooperação agrícola nos assentamentos.

Procurando demonstrar que a reforma agrária pertence a toda a sociedade, os sem-terras decidiram levar as lutas para as cidades, integrando categorias urbanas, que também seriam beneficiadas com a reforma agrária. Em 1995, é definida outra palavra de ordem: *Reforma Agrária: Uma Luta de Todos*. Esta palavra de ordem, aparentemente desideologizada e despolidizada, chama todos os segmentos da sociedade para o debate sobre a reforma agrária.

Ao referir-se à gênese e desenvolvimento do MST no Brasil, Fernandes (1996), atribui sentido geográfico à expansão e desenvolvimento do movimento dos sem-terras, referindo-se ao conceito de territorialização e a importância que a ocupação da terra assume nas lutas desses trabalhadores.

A ocupação torna-se uma condição para a territorialização, pois é dessa forma que os sem-terras se “movimentam” e se mobilizam por todo o território nacional, minando, através das suas lutas, o poder do latifúndio. “A luta pela terra leva à territorialização porque ao conquistar um assentamento, abre-se as perspectivas para conquistar um novo assentamento. Se cada assentamento é uma fração do território conquistado, a esse conjunto de conquistas chamamos de territorialização” (Fernandes, 1998, p.33). É esta territorialização que diferencia o MST de outros movimentos sociais, pois as lutas não terminam com a conquista da terra. “Os sem-terra, ao chegarem na terra, vislumbram sempre uma nova conquista e por essa razão MST é um movimento socioterritorial. A territorialização acontece por meio da ocupação da terra. Da ocupação que nasceu o MST.” (Idem, p.33).

Nos assentamentos, organizados pelo MST, principalmente, os trabalhadores assentados estão constituídos de caráter ativo, onde se desdobram ações políticas no sentido de garantir condições para desenvolver a produção, como crédito financeiro, infraestrutura, assistência técnica, etc.

O resultado positivo da produção nos assentamentos pode ser atribuído, entre outras razões, às formas de organização, comercialização e em muitos casos a agroindustrialização da produção. Nos primeiros anos de assentamento, os trabalhadores têm priorizado a produção para subsistência, isso considerando as atividades agrícolas cooperativas/associativas e individuais. Um segundo momento, quando as famílias se encontram mais “estruturadas” financeira, social e politicamente, elas tem priorizado a produção destinada ao comércio. Entretanto, essa é uma característica daqueles assentamentos que se encontram em estágio de desenvolvimento econômico e político “superior”, quando a produção de forma cooperativa assume grande importância.

Desenvolvem-se nos assentamentos de reforma agrária novas formas de produzir, apresentando um novo controle sobre o processo de trabalho que até então não fazia parte de relações sociais anteriores dos trabalhadores assentados. Surge uma redefinição de atividades e relações a partir da posse da terra, gestada na maioria das vezes em período anterior ao assentamento, ou seja, no desenvolvimento da luta pela terra. (Bergamasco, 1997)

A Luta Pela Terra no Paraná

As lutas recentes dos trabalhadores sem-terras no Estado do Paraná estão inseridas num contexto de transformações da agricultura com a decomposição de formas de organização da produção, que levou à expulsão de trabalhadores rurais para as cidades. As mudanças ocorridas se caracterizam basicamente pela introdução de novas culturas e técnicas de produção agrícola. A referência à expulsão dos trabalhadores rurais justifica-se pelo fato de que a intensificação da concentração de terras no Paraná nos últimos anos com a expropriação do pequeno proprietário, fato de entendimento comum, não é característica principal do campo paranaense. O que se observa é que a terra apresentou-se sempre concentrada desde sua apropriação e apenas intensificou-se com a “modernização conservadora”. Através de dados coletados nos assentamentos pôde-se verificar que apenas 15,2% dos assentados foram expropriados de suas terras no passado, sendo que a maioria dos trabalhadores rurais assentados nunca foi proprietários da terra.

As transformações econômicas, políticas e técnicas, aliadas a uma estrutura fundiária já concentrada, criaram as condições para as mobilizações dos trabalhadores do campo. Segundo Bonin e outros, à essa mudança de caráter técnico/econômico, apesar de reconhecidamente fundamentais no entendimento do processo de luta no campo paranaense, acrescenta-se também a necessidade de atentar para os espaços de conscientização criados com a reativação da crítica política, ou seja, as características de elaboração ideológica e as mudanças na estrutura classista que serviram de base para as mobilizações sociais e políticas. (Bonin et al, 1991).

Os diversos agentes de organização social, como as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e a CPT contribuíram na elaboração de lutas e processos de resistência popular de maior consistência política. “É o processo concreto da luta organizada que cria as condições favoráveis à compreensão mais clara da natureza das contradições sociais, e a seqüência dos episódios conflituos é que permite a

formulação progressiva da consciência e das formas e estratégias de luta.” (Idem, p.116).

Um conjunto de manifestações conflitivas no Estado do Paraná que evidencia a consistência das lutas, foram as mobilizações dos agricultores expropriados pela barragem de Itaipu, no final da década de 70. Organizado pela CPT, principalmente, surge, o “Movimento Justiça e Terra”, que reivindicava a justa indenização das terras. Destaca-se também, na mobilização dos expropriados pela barragem de Itaipu, a ação dos STRs (sindicatos dos trabalhadores rurais), e alguns pastores e adeptos da Igreja Luterana.

Os expropriados de Itaipu montaram acampamentos onde, diariamente, eram realizadas assembléias. Com isso, o ganho maior foi o crescimento político e social e a coragem de reivindicar direitos. A experiência das lutas de Itaipu foi a base para o surgimento de um forte movimento de agricultores sem terra no Oeste do Paraná, em 1981: o MASTRO. Somadas às lutas desenvolvidas em outros Estados, estas mobilizações desembocaram num grande Encontro de trabalhadores das regiões Sul, Sudeste e Centro do país, realizado na cidade de Medianeira, em 1982. Várias frentes de lutas surgiram em todo o Estado, como no Norte do Paraná (MASTEN) e Sudoeste (MASTES), entre outros.

A partir da criação da Coordenação Estadual dos Sem-Terras (CEST) ampliaram-se as iniciativas dos trabalhadores sem-terra, com uma seqüência de ocupações de latifúndios como a fazenda Padroeira do Brasil em Matelândia; uma área pertencente ao Incra em São Miguel do Iguaçu; Fazendas Mineira, Imaribo e Lambari no Sudoeste; a Colônia Penal de Tamarana, além de ações dos ilhéus do rio Paraná.

A partir daí, o Movimento dos agricultores vai coordenar a ocupação de vários latifúndios. Entre eles, destaca-se também a ocupação das fazendas Anoni e Cavernoso em Cantagalo (1983); Giacomet-Marodin em Chopinzinho (1983); Quinhão 11 em Sertaneja (1983); Imaribo em Mangueirinha (1984). Esta fase das lutas pode ser caracterizada pelo esforço da unificação das lutas, quando investiu-se na articulação interestadual das mobilizações de luta pela reforma agrária. (Idem, p.128).

A consolidação do movimento permitiu a territorialização das lutas, realizando ações massivas com ocupações e acampamentos em latifúndios nas mais variadas regiões do Estado. A maior ocupação de terra no Brasil foi realizada no Paraná, em 1996. Mais de 3.000 famílias (12.000 pessoas) acamparam na fazenda Giacomet, com 83.000 ha, dos quais 17.000 ha foram desapropriados para o assentamento de 900 famílias, no município de Rio Bonito do Iguaçu (assentamento Ireño Alves).

Pode-se observar que algumas regiões do Estado destacam-se pelas mobilizações e conquistas. Na década de 80 as regiões que apresentavam maior mobilização eram as regiões Oeste, Sudoeste e Centro. O Noroeste irá se destacar a partir de 1990 com mobilizações e assentamentos no município de Querência do Norte, principalmente.

Atualmente, estão assentadas 14.362 famílias em 259 projetos de assentamentos no Estado do Paraná, considerando os projetos de colonização,

reforma agrária, reassentamentos da Eletrosul e assentamentos realizados pelo Estado, ocupando uma área total de 298.771 hectares, (INCRA/PR, maio/2000).

Reforma agrária e assentamentos

A crise do projeto nacional-desenvolvimentista imposto pelas elites industriais e agrárias, principalmente, a partir de 1930, no Brasil, tem raízes na elevada concentração de renda e dos meios de produção. Esta concentração, entre outras razões, acabou restringindo o mercado de consumo brasileiro e o próprio crescimento e desenvolvimento das forças produtivas do país. Desde então, as classes dirigentes têm investido na implantação de um novo modelo de desenvolvimento, conhecido como neoliberal. A política neoliberal consiste basicamente na ampliação da garantia de liberdade de circulação do capital, sobretudo o capital estrangeiro, materializado não necessariamente em fábricas (multinacionais), mas principalmente, na forma financeira. As elevadas taxas de juros para atrair capital estrangeiro, privatização de empresas estatais, redução de gastos com serviços públicos, se constituem como mecanismos de operacionalização do modelo.

Este novo modelo de desenvolvimento, caracterizado basicamente pela abertura do mercado brasileiro às empresas transnacionais, somadas à subordinação da economia nacional aos interesses do capital financeiro, tem trazido sérias conseqüências para a agricultura brasileira e para a reforma agrária.

Para os defensores desse modelo, a reforma agrária e os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra perderiam o sentido, pois fariam parte de uma proposta já ultrapassada e sem viabilidade técnica-econômica, pois as grandes empresas rurais modernas e o desenvolvimento de agroindústrias se encarregariam de garantir a produção no campo e o abastecimento dos mercados urbanos.

A transformação da estrutura fundiária, para resolver o problema da miséria no campo e na cidade, não se justificaria, pois o mercado se encarregaria de resolver este desajuste. Referindo-se de forma crítica a proposta das elites, Sampaio (1977) afirma: “Esta - estrutura fundiária -, não precisa ser transformada por meio de uma intervenção direta do Estado, porque os movimentos do capital e os estímulos do mercado já estão cuidando disso e cuidarão com maior intensidade ainda no futuro. O máximo que o poder público deve fazer em relação aos problemas criados pela extrema concentração da propriedade da terra consiste em realizar intervenções pontuais, localizadas nas áreas que surgirem tensões sociais mais preocupantes” (Sampaio, 1997, p.118).

Ainda segundo Sampaio (1997), a existência da fome de milhões de brasileiros seria causada pelo baixo poder de compra dos setores mais pobres da população e não pela falta de oferta de alimentos no mercado. A reforma agrária somente se justificaria se estivesse colocada uma crise de abastecimento. Reportando-se ao argumento daqueles que defendem que a reforma agrária não é necessária, o autor escreve: “Nossa agricultura já é moderna, seu dinamismo é assegurado pelo enorme capital dos complexos agroindustriais investidos na economia agrícola. A agricultura moderna não requer a quantidade de força de trabalho que requeria no passado” (Idem, p.118).

Por outro lado, como mostra Sampaio (1997), as forças populares, trazendo para o debate a questão agrária, procuram enfatizar que a estrutura fundiária altamente concentrada se constitui como o ponto central nas discussões, considerado o principal elemento de dominação e sustentação das classes oligárquicas. O monopólio da terra se constitui numa fonte de poder econômico e político que sujeita não só os trabalhadores do campo, mas também os da cidade. (Idem, p.120).

Considerado a reforma agrária no seu sentido mais amplo, onde se contemplaria os interesses dos pequenos proprietários familiares e assalariados do campo, deve-se ater na desconcentração de terra como elemento principal. É na desconcentração de terras que consiste o elemento essencial da reforma agrária.

Assim, observa-se de um lado, o projeto das elites que nega a reforma agrária como um instrumento de desenvolvimento, e do outro, as forças populares que buscam na reforma agrária, não apenas a solução de problemas econômicos para os trabalhadores do campo, mas colocam a reforma agrária como um problema nacional. Aqui, é necessário destacar que a proposta das forças populares não defende apenas uma reforma agrária como forma de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, como ocorreu em alguns países da Europa e EUA, quando o problema fundiário foi resolvido pelas classes dirigentes para atender as necessidades do mercado capitalista.

As forças populares acreditam que a reforma agrária não é uma necessidade de desenvolvimento de forças produtivas apenas, mas traz essencialmente em seu âmago, mudanças profundas na estrutura agrária do país. Por isso, a reforma agrária não deve ser visualizada apenas pelo lado técnico/econômico/assistencial, mas, sobretudo, pelo seu conteúdo político/social e questionador da ordem oligárquica estabelecida no campo.

Assentamentos: integração ao mercado

A importância dos assentamentos é vista, muitas vezes, pelo seu caráter econômico, e a integração ao mercado é considerada como uma condição para o seu desenvolvimento e reprodução. Somente uma produção voltada para os mercados urbanos justificaria a sua realização.

A implantação dos assentamentos de trabalhadores sem-terra não deve ser vista como uma medida assistencial ou de socorro aos trabalhadores rurais excluídos. A reforma agrária e a implantação dos assentamentos abrem espaço para o desenvolvimento das forças produtivas, onde os sem-terras assentados criam mercados e inserem-se neles. A busca de colocação de produtos agropecuários no mercado assume grande importância no entendimento dos assentamentos, visto que é uma condição para o trabalhador assentado permanecer na terra. Entretanto, existem diferentes graus e formas dos agricultores integrarem-se ao mercado.

Para o movimento dos trabalhadores rurais sem terra, o caráter camponês dos assentados e a produção aos moldes “artesanais” dos assentamentos, devem ser superados. Diante dessa “constatação”, os trabalhadores rurais sem-terra têm buscado outras formas de organizar a produção agrícola. As conquistas representadas pelos assentamentos levaram os sem-terras a articular o sistema

nacional de cooperativas, colocando a necessidade de organizar a produção no interior e viabilizar os assentamentos economicamente.

Como forma de fortalecer politicamente os assentamentos e a reforma agrária, os trabalhadores rurais sem-terra têm investido na viabilidade econômica dos assentamentos, pois os segmentos da sociedade contrários à reforma agrária, têm comparado os assentamentos a “favelas rurais”, como foi visto anteriormente.

A reforma agrária não é apenas um instrumento de acomodação da massa de trabalhadores excluídos. A reforma agrária e os assentamentos de trabalhadores rurais sem-terra devem ser entendidos como parte de uma política social e econômica. O mérito do assentamento não está apenas no aumento da produção/produktividade. Mais do que isso, os assentamentos significam uma reintegração e ressocialização dos trabalhadores, não necessariamente ao mundo econômico e do mercado, mas à sociedade de um modo geral. Portanto, não se trata de colocar o assentado competindo com os padrões de produtividade dos grandes proprietários, beneficiados por políticas de incentivos fiscais e que utilizam outros padrões tecnológicos.

O entendimento de que a produção empresarial tem se desenvolvido somente com forte participação do Estado, através de política de apoio que beneficiam estes segmentos da sociedade, levaram os sem-terras a conceber a organização da produção nos assentamentos de forma cooperativa. Embora reconhecendo a importância da competitividade, esta não é considerada questão central na produção nos assentamentos. A organização da produção nos assentamentos foi construída como um campo de disputas políticas, onde a agricultura familiar e as organizações associativa e cooperativas possam também receber a atenção do Estado. O Estado é entendido como um campo de disputa para afirmar-se no mercado.

Assim, a análise da viabilidade dos assentamentos não deve ser feita exclusivamente a partir do aspecto econômico, pois os assentamentos se transformam também numa retaguarda política para acumular forças na realização da reforma agrária e mudança da sociedade. A conquista da terra e o assentamento não significam apenas a inclusão do trabalhador sem-terra à produção, mas, também, a conquista dos seus direitos, participação política, da cidadania. Eis, o grande mérito dos assentamentos e da reforma agrária, razões estas que não podem ser avaliadas a partir da produtividade e dos mecanismos de mercado.

Considerar o assentamento válido enquanto uma forma de elevar a produção apenas, é escamotear todo um conjunto de benefícios que a conquista da terra pode proporcionar aos trabalhadores do campo.

A melhoria no padrão de vida dos trabalhadores rurais sem-terra é visível com o assentamento e a conquista da terra. Entretanto, os assentamentos não estão limitados às questões econômicas, pois o trabalhador não tem apenas necessidade de comer, vestir, morar, mas também necessidade de democracia, participação política, de contrapor-se ao poder; tomar decisões, enfim.

Portanto, os assentamentos tornam-se importantes não apenas pelo seu significado econômico e social, mas, sobretudo pela sua dimensão político. Os assentamentos são uma importante conquista para a realização da reforma agrária, pois se tornaram instrumentos questionadores da ordem capitalista/oligárquica.

É neste sentido que se constrói uma crítica das propostas produtivistas da reforma agrária e dos assentamentos, pois mais importante do que “lucrar”, é viver.

Caracterização de assentamentos a partir das culturas de milho e feijão

A compreensão dos assentamentos de reforma agrária implica em considerar os vários aspectos da dimensão humana, ou seja, as questões políticas, econômicas, ideológicas, culturais, sociais, etc. A análise da viabilidade dos assentamentos apenas pela dimensão econômica/produtivista não permite compreender a complexidade dessa realidade. O mercado e a produção não são os únicos instrumentos importantes para compreender os assentamentos de reforma agrária.

Os assentados têm procurado fazer dos assentamentos o lugar da vida, onde se produz e garante a eficiência econômica, mas também onde pode se discutir e tomar decisões, onde o direito à escola, assistência médica, lazer e festas estão assegurados aos trabalhadores do campo.

Neste contexto, procuramos compreender a produção de milho e feijão sem reduzir a análise aos parâmetros “economicistas”. Procuramos compreender a produção e o desenvolvimento destas culturas não somente como atividades econômicas inseridas na dinâmica de mercados, mas como elas contribuem para o progresso social, político e econômico dos trabalhadores assentados. Dessa forma, as culturas de milho e feijão implicam no reconhecimento do desenvolvimento de uma atividade econômica para garantir a vida e não necessariamente a produção voltada para atender necessidades do mercado capitalista.

Assim, as culturas de milho e feijão desempenham papel importante para a vida dos assentados. Elas são cultivadas, praticamente em todos lotes dos assentamentos, embora os preços dos produtos não justifiquem os seus cultivos. Conforme se verifica na tabela a seguir, estas culturas são consideradas as principais lavouras dos lotes desenvolvidas pelas famílias e grupos coletivos de assentados. O milho foi apontado por 44,3% das famílias como a principal lavoura e o feijão, considerada como a cultura mais importante do lote, por 17,3% das famílias.

TABELA 1 - PRINCIPAL LAVOURA DO LOTE	
LAVOURA	%
MILHO	44,32
SOJA	17,84
FEIJÃO	17,30
ARROZ	13,59
MANDIOCA	4,31
HORTALIÇA	0,54
OUTRAS	2,10
TOTAL	100,00

Fonte: Pesquisa de campo

Observa-se que os assentados consideram as culturas “tradicionais” como as mais importantes no seu projeto de viabilidade do assentamento e de sustentabilidade familiar. A opção do assentado pelas culturas que estamos denominando de tradicional, deve-se a um conjunto de elementos, dentre as quais

se destaca a trajetória de vida destes agricultores e as experiências provenientes do passado recente de agricultor; a possibilidade de destinar estas culturas para o mercado, mesmo que os preços não sejam satisfatórios; sustentação de outras atividades no lote e subsistência da família.

As atividades agropecuárias são por essência as mais importantes nos assentamentos. A área destinada às pastagens e lavouras nos assentamentos compreende em média 67,9 % dos lotes, sendo que o restante da área do lote (32,1%) é utilizado de outras formas, como reservas florestais, área do “quintal” da casa, caminhos, e/ou áreas abandonadas e não aproveitáveis em vista de condicionantes naturais, principalmente.

Uma “outra” reforma

O desenvolvimento de atividades agropecuárias pode ser considerada como não padrão para determinadas áreas do país, pois em algumas regiões, como a Sudeste, onde destaca-se o Estado do Rio de Janeiro, os projetos de assentamentos apresentam elevada “urbanização”, com elevado número de lotes utilizados como chácaras de lazer, estabelecimentos comerciais, etc. “Chama a atenção no censo - I censo da reforma agrária do Brasil/97- o elevado percentual de assentados que se dedicam a atividades não-agrícolas (16,55%, o maior do país)” (Medeiros et al, 1999, p.144).

Alguns estudiosos argumentam que a modernização das técnicas de produção no campo e a queda dos rendimentos provenientes da agricultura têm levado a uma mudança do perfil, ocupação e uso da terra nos últimos anos. A mudança a qual se referem estes autores diz respeito ao desenvolvimento de atividades não-agrícolas desenvolvidas pelos trabalhadores do campo, inclusive aquelas famílias assentadas em projetos de reforma agrária. Essa mudança do perfil estaria relacionada ainda a uma possível “purificação” das relações de trabalho no campo, resultantes da tendência à “urbanização e industrialização” do campo brasileiro.

A partir do diagnóstico da “urbanização” do campo, os programas oficiais ligados ao meio rural, e neste caso, aos assentamentos, deveriam contemplar ações que considerassem esta mudança de perfil. Os financiamentos, por exemplo, destinados aos assentados, devem contemplar as famílias pluriativas que obtêm renda de variadas atividades (não-agrícolas). A ausência de um planejamento na ocupação das áreas rural faz com que os assentamentos de reforma agrária sejam essencialmente agrícolas.

Entretanto, se considerar esta mudança de perfil, onde as atividades não-agrícolas ganham importância, a terra deixa de ser o elemento principal da produção no campo, ampliando a questão da reforma agrária. As atividades agrícolas, desenvolvidas essencialmente na terra, tornar-se-iam atividades secundárias. As atividades que não exigem de terra para serem desenvolvidas assumiriam maior relevância. Assim, a terra perderia sua importância como um meio de produção no campo (assentamento), pois os trabalhadores, desenvolvendo atividades não-agrícolas, necessitariam de pouca terra para sobreviver. Este projeto é semelhante ao

programas das Vilas Rurais desenvolvidos no Estado do Paraná, onde ocorrem assentamentos de trabalhadores rurais em lotes de 0,5 ha.

Evidentemente, a idéia de retirar a importância da terra como um meio de produção, está comprometida com o interesse dos grandes proprietários de terra. Não sendo importante na produção agrícola, a terra poderia continuar concentrada nas mãos da classe latifundiária, pois os trabalhadores necessitariam de pouca terra para sobreviver.

Na concepção de teóricos e estudiosos da questão agrária, os assentados não desenvolveriam essencialmente atividades agrárias/agrícolas nos lotes, e por isso, precisariam de pouca terra para produzir. Estes seriam agricultores de tempo parcial (*part-time*), que mesclariam o trabalho familiar agrícola com trabalho assalariado temporário, por exemplo. Os teóricos insistem em considerar que os agricultores familiares investem em atividades não-agrícolas, como comércio, construção civil, lazer, prestação de serviços e outras infinidades de atividades que não justificam a necessidade de terra para produzir no campo. Assim, não haveria motivo para a mobilização e luta dos trabalhadores pela conquista da posse da terra, como fazem aqueles camponeses e trabalhadores rurais vinculados ao MST.

A proposta de uma reforma agrária que contempla a necessidade das famílias desenvolverem atividades não-agrícolas/agrícolas, tira da discussão, o principal elemento da reforma agrária: *a terra*. Nesta “reforma agrária”, a propriedade privada da terra e conseqüentemente a concentração da terra nas mãos de poucos, não seria atingida e as classes dirigentes (burguesia e proprietários de terras) estariam livres de qualquer ameaça de democratização da posse da terra.

Portanto, um assentamento rural, que possui a proposta de desenvolvimento e implementação de atividades não-agrícolas, é um assentamento que interessa aos latifundiários e não aos trabalhadores rurais. Em última análise, é a não realização da reforma agrária, ou seja, uma forma para que as terras continuem nas mãos de quem nela não trabalha e nem produz.

Renda dos assentados

A tabela 2 evidencia que a principal fonte de renda das famílias assentadas constitui-se nas atividades agropecuárias, somando um total 90,4% das famílias entrevistadas. As atividades não-agrícolas são consideradas por menos de 10% das famílias como a principal fonte de renda.

TABELA 2 - PRINCIPAL FONTE DE RENDA	
ATIVIDADE	%
LAVOURA	67,07
PECUÁRIA (LEITE/CORTE)	23,35
CARVÃO	4,79
SUINOCULTURA	1,20
SERICICULTURA	0,60
APOSENTADORIA	0,60
MOTORISTA	0,60

DIARISTA	0,60
OUTRAS RENDAS (FORA DO LOTE)	1,20
TOTAL	100,00

Fonte: Pesquisa de campo

Existe uma clara opção das famílias de permanecer no campo e, para garantir esta manutenção, alguns trabalhadores assentados desenvolvem atividades urbanas ou fora de seus lotes. Entretanto, os dados não permitem afirmar uma tendência à “urbanização” generalizada da agricultura e a unificação das atividades do campo e cidade, como fazem alguns estudiosos.⁵

A tabela 3 indica as atividades desenvolvidas pelos assentados fora dos lotes ou em atividades não-agrícolas. Em 18,4% dos lotes encontra-se pelo menos um membro da família que desenvolve atividades não-agrícolas ou fora dos lotes.

TABELA 3 - ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS OU FORA DO LOTE	
ATIVIDADE	%
Diarista Lavoura	7,00
Cooperativa/SCA	2,54
Professor	2,54
Tratorista	1,27
Corte e plantio de madeira (pínus)	1,27
Servente pedreiro	0,63
Assistente social	0,63
Serviços gerais	0,63
Cozinheira	0,63
Corte de lenha	0,63
Agente de saúde	0,63
TOTAL	18,47

Fonte: Pesquisa de campo

O assentamento significa também um considerável benefício relativo aos aspectos produtivos e materiais. Em pouco tempo de assentamento observa-se substanciais mudanças na maioria das famílias, verificada através de indicadores econômicos, como acesso a saúde, escola, tecnologia, e bens de consumo.

Ao entrar na terra, a maioria dos agricultores sem-terra, agora assentados, encontra-se desprovida de quaisquer equipamentos ou ferramentas de trabalho. Devido a baixa “capitalização” dos assentados e os insuficientes investimentos e formas de financiamento (crédito implantação, Pronaf), existem muitas dificuldades nos anos iniciais do assentamento para o desenvolvimento de atividades agropecuárias.

Logo que é criado o projeto assentamento pelo Incra, as famílias recebem o crédito implantação. Este crédito tem o objetivo de permitir aos assentados

⁵ Alguns estudiosos da agricultura brasileira, onde destaca-se José Graziano da Silva, afirmam que o campo brasileiro está passando por um processo de urbanização e industrialização, não sendo mais considerado um espaço eminentemente agropecuário. O desenvolvimento de atividades não-agrícolas, como lazer, turismo ecológico, prestação de serviços, construção civil, além de outras atividades, seriam consideradas estratégias de sobrevivência da agricultura familiar.

iniciarem suas atividades de produção. Devido à pobreza que se encontram os sem-terra assentados, os recursos do crédito implantação não são suficientes para permitir bom desempenho no desenvolvimento de atividades produtivas.

O crédito implantação é formado basicamente de três modalidades: crédito habitação, fomento e alimentação. O *crédito habitação* consiste no financiamento de construção de moradias para as famílias assentadas, com materiais adquiridos em regime comunitário. O *crédito fomento* destina-se à aquisição de ferramentas, equipamentos, insumos agrícolas e máquinas para o início das atividades produtivas nos assentamentos. O *crédito alimentação* é uma forma de proporcionar meios para a aquisição de gêneros alimentícios para a subsistência das famílias, enquanto iniciam o desenvolvimento de culturas.

Os poucos recursos financeiros ou a posse de alguns bens, onde destacam-se os animais, geralmente são desfeitos antes de entrar na terra para garantir sobrevivência à dura vida de acampamento. O tabela 4 indica a posse de bens antes do assentamento, na qual se verifica a elevada taxa de famílias assentadas que nada possuíam antes de entrar na terra (41,7%). Destacam-se também aquelas famílias que possuíam animais (22,9%) e ferramentas (17,1%), indicando que muitas delas possuíam algum vínculo com atividades agropecuárias antes de serem assentadas.

TABELA 4 - POSSE DE BENS ANTES DO ASSENTAMENTO	
BENS	%
ANIMAIS	22,99
FERRAMENTAS	17,11
IMPLEMENTOS	4,81
CASA	3,74
MOTOR	2,67
TRILHADEIRA	2,14
MÓVEIS	2,14
CARRO	1,07
TRATOR	0,53
BICICLETA	0,53
HERANÇA	0,53
NADA	41,71
TOTAL	100,00

Fonte: Pesquisa de campo

De modo geral, a trajetória de vida das famílias assentadas no Estado do Paraná, indicam que ela é essencialmente rural, com destaque para as categoria agricultor/camponês (66,3%), conforme pode-se verificar no I Censo da Reforma Agrária do Brasil.⁶ As típicas atividades urbanas como pedreiro, motorista, mecânico apresentam pouca relevância. (INCRA/CRUB/UnB, 1996, p.58).

O tabela 5 indica que, embora a maioria dos assentados estivesse ligada às atividades rurais, a maior parte deles nunca possuiu terra. Isso demonstra que estes

⁶ A idéia de que a reforma agrária e os assentamentos devem ser realizados necessariamente com trabalhadores que possuem algum vínculo com a terra ou que tenha passado de agricultor é defendida pelos órgãos oficiais e proprietários de terra. No sentido de descredenciar as ocupações e assentamentos os proprietários de terra investem na idéia de que os trabalhadores sem-terra não têm aptidão agrícola e por isso os assentamentos não devem ser realizados por ocupantes de latifúndio.

trabalhadores não foram expropriados de suas terras com o processo de modernização e mecanização da agricultura, como geralmente se afirma. Os assentados foram trabalhadores rurais que não tiveram acesso à terra na condição de proprietário em vista da elevada concentração de terras existente no Estado.

TABELA 5 - POSSE DE TERRA ANTES ASSENTAMENTO		
POSSE	N.º	%
SIM	24	15,28
NÃO	133	84,72
TOTAL	157	100,00

Fonte: Pesquisa de campo

Portanto, estes trabalhadores foram expulsos e não expropriados da terra, no passado. Eles não eram proprietários de seus lotes. A dinâmica da agricultura também impediu que os filhos dos pequenos proprietários se reproduzam enquanto camponeses.

A resposta dos camponeses a essa dificuldade de manutenção de sua condição de agricultor nem sempre é explicada pelo deslocamento para as cidades ou para a fronteira, mas a recusa à proletarização e a subordinação do trabalho através do assalariamento, resulta em lutas de resistência e ocupações de terras improdutivas. As ocupações têm sido a principal forma de luta dos agricultores sem-terra contra sua exclusão e a proletarização do trabalho.

A explicação para a permanência e resistência do campesinato na agricultura pode ser buscada no próprio processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, que é entendido de uma maneira desigual e contraditório, quando se criam e recriam relações não-capitalistas de produção. Os camponeses buscam a terra, mesmo que não seja na região de origem deles. Eles retornam à terra mesmo que tenham que migrar, ou desenvolver lutas de resistência.

Considerando as características camponesas do assentado, as Equipes Locais do Lumiar, com destaque para a Equipe Sul do Paraná, passaram a estimular o desenvolvimento de atividades voltadas para o autoconsumo, destacando aquelas destinadas à alimentação das famílias. Em relatório de atividades a equipe relata: “Essa equipe de trabalho procurou atuar, de modo a incentivar a agricultura de subsistência, buscando valorizar a produção voltada para o consumo da família, como a criação de animais para produção de ovos, carne, banha, leite e queijo; produção de frutas e verduras. Este trabalho foi bastante gratificante, pois o resultado aparece em curto prazo, e é necessário pouco ou nenhum investimento de acordo com a fase de estruturação do assentamento, apenas discussões e incentivo às famílias para que estas possam produzir boa parte de seu alimento no lote” (COTRARA-Equipe Local/Região Sul, 1999, p.2).

É neste sentido que se pode tratar sobre as diferentes formas de organização dos trabalhadores assentados que estamos denominando aqui de camponeses. Eles criam formas que garantem suas manutenção e reprodução, tanto nas ações de ordem política como econômica/produtiva. Por outro lado, os assentados têm apresentado dificuldades de ações coletivas quando se trata de organizar a produção no interior dos assentamentos. Há resistências aos “grupos coletivos”, onde o trabalho, terra, máquinas, instrumentos são coletivizados.

Devido à característica familiar do trabalho nos assentamentos, poder-se-ia concluir que estes agricultores apresentassem práticas essencialmente individuais, uma vez que o trabalho não é coletivo, como ocorre nas fábricas com o assalariamento. Entretanto, quando se trata de mobilizações pela conquista da terra, as práticas individualistas são flexibilizadas. Mesmo nos assentamentos, as participações dos trabalhadores assentados nas diversas atividades associativas indicam um elevado grau de inserção nas discussões coletivas, quando se observa que eles encontram-se ligados à diversas atividades associativas (tabela 6).

Dentre as várias alternativas encontradas pelos trabalhadores para viabilizar os assentamentos, tanto política como economicamente, os assentados têm investido na organização da produção de milho e feijão, que inseridas nas relações de produção capitalista, constituem-se em atividades que garantem a sobrevivência destes trabalhadores. É importante ressaltar que a concepção de produção de milho e feijão nos assentamentos tem características técnicas, mas principalmente políticas, que diferem estas culturas desenvolvidas por outras “categorias” sociais. A produção de milho e feijão nos assentamentos é destinada aos mercados, mas estes não são a razão principal. O que move os assentados a desenvolverem estas culturas é a necessidade de produzir para garantir a vida e não necessariamente para atender as necessidades dos mercados e do “lucro”.

TABELA 6 - ATIVIDADES ASSOCIATIVAS NOS ASSENTAMENTOS	
ATIVIDADES	%
MOVIMENTO POPULAR	79,71
COOPERATIVA	41,13
ASSOCIAÇÃO	40,12
PARTIDO POLÍTICO	30,57
SINDICATO TRAB. RURAIS	28,02
GRUPOS COLETIVOS DE PRODUÇÃO	14,64

Fonte: Pesquisa de campo

As culturas de milho e feijão nos assentamentos atendidos pelos técnicos do Lumiar/PR⁷

A cultura de milho desempenha papel significativo na geração de renda para as famílias. Esta cultura, considerada a principal lavoura por 44,3 % das famílias, assume importância, tanto para a subsistência, comercialização e beneficiamento dos produtos, como na sustentação de outras atividades agropecuárias no interior dos lotes. O milho é o produto que mais aparece entre os cultivos desenvolvidos, sendo

⁷ Devido ao grande número de assentamentos atendidos pelo Projeto Lumiar (60 assentamentos), objeto dessa pesquisa, será feita uma abordagem geral, sobre a cultura de milho e feijão desenvolvida nestes assentamentos. O tratamento dos dados específicos de cada assentamento foge aos objetivos desse trabalho.

cultivado em 82,98 % dos lotes. A área média entre aqueles que desenvolvem a cultura de milho é de 4,03 ha por lote e uma produtividade de 44,4 sacas por ha.

Embora o retorno em forma de renda financeira da cultura de milho apresenta-se reduzido, esta cultura possui uma certa estabilidade de preço, o que não acontece, por exemplo, com a cultura de feijão. A cultura de milho apresenta ainda a vantagem de seu desenvolvimento sem a necessidade de grande inversão de recursos financeiros, destinados à aquisição de defensivos agrícolas (agrotóxicos), por exemplo. Pouco mais da metade dos lotes (57,9%) utilizam algum tipo de “agrotóxico” na lavoura de milho, sendo os dessecantes utilizados por 45,4%. Entre os dessecantes, o Roundup é utilizado em 30,1% dos lotes.

A utilização de “agrotóxicos” no feijão, cultura mais exigente nos tratos culturais e condições do solo, é feita em 41,3% dos lotes. A menor utilização de “agrotóxico” no feijão, justifica-se pelo fato de apresentar área de cultivo e número de assentados inferior, se comparado com a lavoura de milho.

A cultura de milho, principalmente, assume grande importância também para o desenvolvimento dos assentamentos no sentido de que este produto é utilizado na sustentação de outras atividades, como por exemplo, na utilização para alimentação de animais.

A flexibilidade entre a venda e o consumo de milho e feijão, ocorre quando as condições de mercado não oferecem preços satisfatórios para o comércio, e o assentado pode optar pelo consumo no próprio lote. Esta flexibilidade evidencia uma integração parcial aos mercados. “É claro que esta possibilidade, em princípio, se apresenta a qualquer produtor mercantil. O que é característico do campesinato, entretanto, é que sua opção não consiste simplesmente em escolher o melhor momento para vender o produto - o que aliás, normalmente ele não pode fazer - mas sim no fato de que, caso o mercado não seja propício, o objetivo central de alimentar a família não estará fatalmente comprometido” (Abramovay, 1992, p.116).

A cultura de milho, principalmente, apresenta uma grande possibilidade de flexibilização, ampliando a margem de opção dos assentados. Entretanto, isso não significa que o mercado deixe de ser levado em consideração, mas a integração ao mercado não é dada por ele, e por isso pode-se caracterizar como parcial. Ainda, segundo Abramovay, o caráter parcial da integração da produção camponesa ao mercado reside no fato de que grande parte dos meios de produção não são comprados. “A alternatividade-opção de comércio ou consumo - entretanto, não é sinônimo de independência e soberania econômica por parte do produtor. Ao contrário, ela é uma reação a um ambiente econômico onde tudo leva o agricultor à mais completa *dependência pessoal* daqueles pelos quais passa sua inserção na divisão social do trabalho. Neste sentido, o *caráter imperfeito* dos mercados é um elemento central na definição do campesinato”. (Idem, p.116).

Os parâmetros econômicos de regulação da sociedade não se constituem como um mecanismo absoluto na produção, neste caso, produção de milho e feijão, nos assentamentos, pois as relações pessoais assumem importância na organização econômica e social dos assentados. A existência de monopólios “microscópicos” muitas vezes nada tem a ver com a lei de oferta e da procura. É exemplar o dado sobre a comercialização do milho, quando mais de 70% da produção é destinada aos intermediários. Estes comerciantes, conhecidos como “picaretas” acabam exercendo

um controle sobre o preço dos produtos que muitas vezes é regulado por relações pessoais como o favor e o clientelismo.

Uma parte considerável da produção de milho é destinada ao comércio, feito, principalmente, com os intermediários. Outra parte destina-se ao consumo no próprio lote, como alimento humano e de animais. Nas tabelas 7 e 8, pode-se verificar que a maior parte da produção é destinada ao comércio. Entretanto, a maioria das famílias, utiliza o milho para o consumo no próprio lote.

A cultura de feijão apresenta algumas características que se diferenciam da cultura do milho. A flutuação do preço do feijão no mercado tem se constituído numa grande dificuldade para o desenvolvimento dessa cultura, mesmo se se considerar a flexibilidade entre a venda e o consumo. A política agrícola adotada pelo governo federal tem deixado os preços dos produtos agrícolas em geral, mais expostos às regras de mercado. Muitas vezes os preços praticados para o feijão não tem nem mesmo coberto os custos de produção, o que vem contribuindo para desestimular o desenvolvimento dessa cultura. O baixo preço, vulnerabilidade dos mercados locais, exigências nos tratos culturais e fertilidade do solo acabam levando os agricultores assentados a buscar outras alternativas de cultivo.

Por outro lado, todos os assentados que cultivam feijão (75,1% dos lotes) utilizam parte deste produto para o consumo no próprio lote, sendo que a média da área de cultivo por lote é de 1,9 ha e a produtividade de 10,5 sacas/ha. Dos lotes onde se desenvolve a cultura de feijão, 43,8% destina uma parte da produção para o comércio. Por outro lado, tratando-se de produção, verifica-se que a maior parte de feijão colhido (73,4%) é destinada ao comércio.

TABELA 7 – COMERCIALIZAÇÃO

LOCAL	(Produção %)
INTERMEDIÁRIOS	70,06
COOPERATIVA	13,08
VIZINHOS	1,97
COMÉRCIO (Varejo)	14,89
TOTAL	100,00

Fonte: Pesquisa de campo

TABELA 8 – COMERCIALIZAÇÃO

DESTINO	(Produção %)
COMÉRCIO	64,83
CONSUMO	35,17
TOTAL	100,00

Fonte: Pesquisa de campo

A utilização do feijão no assentamento é essencialmente para o consumo humano (alimentos), além de uma parcela considerável dos produtores (20,6%) utilizarem como semente para posterior plantio. A maior parte dos assentados comercializam a produção com os intermediários e com os vizinhos. Como foi visto anteriormente, nem sempre esta relação de troca é regulada por mecanismo de mercado (oferta e procura).

As tabelas 9 e 10 indicam o destino da produção e comercialização de feijão nos assentamentos.

TABELA 9 - DESTINO DA PRODUÇÃO

DESTINO	(Produção %)
COMÉRCIO	73,44
CONSUMO	26,55
TOTAL	100,00

Fonte: Pesquisa de campo

TABELA 10 - DESTINO DA PRODUÇÃO

LOCAL	(Produção %)
COOPERATIVA	21,70
INTERMEDIÁRIO	71,55
VIZINHO	5,02
COMÉRCIO	1,74
TOTAL	100,00

Fonte: Pesquisa de campo

De modo geral, nos assentamentos mais organizados, a partir do ponto de vista político e econômico, surgem propostas de “agroindustrialização” da produção agrícola através das cooperativas, onde se investe na transformação de produtos agrícolas originários dos assentamentos, como ocorre nas “agroindústrias” de erva-mate, frigoríficos, conservas, laticínios, rações, derivados de cana, ervas, etc.

Sobre a proposta de verticalização, é exemplar o caso do frigorífico/abatedouro e fábrica de ração organizados no assentamento do município de Lindoeste, que apesar de quase toda a infraestrutura construída, os assentados e a COARA (Cooperativa de Comercialização e Reforma Agrária do Oeste do Paraná), não a utilizam para o desenvolvimento de atividades “agroindustriais”. A infraestrutura construída a partir de capitais externos tinha o objetivo de desenvolver uma produção em cadeia, integrando as atividades de criação de suínos com o frigorífico aí instalado, a partir de soldagens para “a frente” e “para trás”. Entretanto, esta infraestrutura está desativada atualmente e toda a produção de milho e suínos daqueles assentamentos acaba sendo comercializada com empresas da região. Também não existem perspectivas em curto prazo de reativação do frigorífico/abatedouro e fábrica de ração.

Um conjunto de elementos contribui para que o abatedouro/frigorífico permaneça desativado, onde se destaca a ausência de participação dos trabalhadores assentados na elaboração e implantação do projeto. As condições objetivas, como falta de recursos para a aquisição de caldeiras e a ausência de “espírito empresarial” tornaram-se um grande obstáculo para o desenvolvimento das atividades de abate de suínos.

A ausência desse “espírito empresarial”, que se manifesta nas dificuldades de operacionalizar e compreender o funcionamento das atividades econômicas dentro da lógica desumanizada do mercado (competitividade, por exemplo), não deve ser atribuída a deficiências dos assentados. A forma como os trabalhadores sem-terra, agora assentados, se inserem na dinâmica das relações capitalistas, não permite

transitar com facilidade no mundo dos mercados. As suas regras não são necessariamente as do mercado.

Observa-se, entre os camponeses assentados, práticas que o mercado não admite, como por exemplo, cooperação e ajuda mútua entre os vizinhos de lotes, regidas por uma relação personalizada (pessoal) e não econômica. As relações pessoais, e não necessariamente o mercado, tornam-se a regra dos camponeses. Esta característica do campesinato deve ser reconhecida quando se procura compreender as suas relações e atividades econômicas.

A produção agroindustrial exige grandes mudanças na forma de produzir do assentado. Uma questão importante a ser destacada é a *especialização e divisão do trabalho*, que existem na produção camponesa de forma simples. Entretanto, a questão da especialização deve ser melhor estudada, pois muitas cooperativas têm se estruturado desenvolvendo culturas e atividades diversificadas.

Mesmo naqueles assentamentos pouco desenvolvidos política e economicamente, se desenvolvem atividades de transformação de produtos agropecuários. Esta produção, muitas vezes, não está voltada para o mercado e a transformação de matérias-primas tem objetivo de sustentar outras atividades e autoconsumo, como ocorre na produção de ração, farinha de milho, fubá, canjica, laticínios, etc. Destacam-se na transformação de matérias-primas as técnicas artesanais. Entre as máquinas e instrumentos utilizados para o beneficiamento do milho destaca-se o triturador mecânico, utilizado em 57% dos lotes que beneficiam a produção de milho. Os principais produtos elaborados através do beneficiamento do milho são os seguintes: quirera, fubá, canjica, ração, farelo e forragem

Tecnologia e assistência técnica nos assentamentos

Para fugir dos esquemas econômicos empresariais, observa-se que os técnicos das Equipes Locais do Lumiar tem estimulado os assentados a utilizar as variedades de sementes produzidas nos próprios lotes. Este é o caso da produção de sementes de milho “variedade”, que possui características mais rústicas, se comparada às sementes de milho híbrido. O incentivo para o desenvolvimento de cultura de milho com sementes rústicas (variedades) tem sido bem aceito pelos assentados, pois a experiência do agricultor mostrou que a tecnologia, muitas vezes, se constitui num instrumento de dominação/subordinação da renda da terra e não de libertação dos trabalhadores das amarras criadas pelo sistema.

Entretanto, não se trata de uma recusa à tecnologia por parte dos assentados, mas aos esquemas de subordinação que a tecnologia pode engendrar. Por isso, a necessidade dos técnicos das Equipes Locais atentarem-se para as formas de acesso à tecnologia, pois a integração e modernização da agricultura com elevados financiamentos, apesar de escassos, poderão, ao invés de servir aos interesses dos trabalhadores assentados, servir ao interesses das grandes empresas transnacionalizadas do setor. A rejeição à tecnologia em si não é um fato observado nos assentamentos. A resistência ocorre na forma de acesso à essa tecnologia, pois a tecnologia acaba subordinando mais do que contribuindo para os assentados se livrarem das enrascadas colocadas pelos mercados capitalistas.

A tecnologia poderá se constituir num instrumento de reprodução das relações de dominação. O preconceito contra o saber camponês precisa ser desmistificado, pois na “lógica” capitalista, este conhecimento seria desprezível e incompatível com a complexidade verificada na sociedade moderna.

Por outro lado, é reconhecido pelos assentados e suas entidades organizativas, bem como pelas equipes técnicas que atuam nos assentamentos, a necessidade de capacitação tecnológica para viabilizar economicamente os assentamentos. Entretanto, se reconhece também que não se deve absolutizar o conhecimento tecnológico/científico, desprezando o saber camponês dos assentados.

Portanto, não se trata de levar a tecnologia a qualquer custo aos assentados. É preciso reconhecer a sua maneira de pensar e organizar a produção e, a partir daí, construir novas formas mais “eficientes” de produção, ou seja, técnicas agrícolas que respeitam a trajetória dos assentados, mas que possam contribuir na elevação da produção das lavouras.

A racionalidade econômica e a tecnologia, em si, não são suficientes para superar as dificuldades vividas nos assentamentos. O saber científico, que muitas vezes é desenvolvido para subsidiar o grande capital, não é uma solução para todos os tipos de deficiências no assentamento, tornando-se questionável a transplantação de técnicas de cultivo desenvolvida nas grandes propriedades para os assentamentos, por exemplo.

Os técnicos que atuam nos assentamentos são considerados, muitas vezes, pelos assentados como portadores de conhecimentos que solucionarão todos os problemas dos assentados. Acreditando nessa superioridade do conhecimento do técnico, muitos tendem a obedecer as suas orientações. Assim, não se constrói um saber, onde os assentados poderão “aplicá-lo” em circunstâncias variadas, mas cria-se uma dependência constante do saber dos técnicos.

As propostas homogeneizantes de tecnificação devem ser questionadas, pois cada assentado tem sua própria visão de mundo. Assim, existe a necessidade de se problematizar o conhecimento tecnológico, que produzido em função dos interesses dominantes, não atendem às necessidades específicas dos assentamentos, onde os trabalhadores apresentam características próprias, manifestadas nas diferentes trajetórias de vida, experiências agrícolas, enfim, diferentes projetos. É preciso reconhecer os diferentes projetos dos assentados procurando não homogeneizar as relações, e as características específicas de cada assentado devem ser reconhecidas.

Embora sejam atividades diferentes, é muito difícil fazer a separação entre o técnico e a militância nos assentamentos. Assim, a assistência técnica se constitui também num instrumento de militância e de luta pela reforma agrária. É inseparável a atuação do técnico e do militante.

Ao resistir à ideologia dominante e engajamento nos movimentos sociais, muitos técnicos podem ser considerados como militantes. Não existe separação em esferas diferenciadas da prática da assistência técnica e da militância, pois aquela (assistência técnica) pode se constituir num instrumento importante de contestação da ordem estabelecida. Pode-se observar nas visitas realizadas nos assentamentos que muitos técnicos-militantes fazem da assistência uma bandeira de luta contra as injustiças sofridas pelos trabalhadores sem-terra e assentados.

Assim, muitos técnicos são motivados a atuar nos assentamentos devido aos compromissos políticos e ideológico, assumindo a defesa da reforma agrária e transformação da sociedade. “Dessa forma, o assentamento, enquanto conquista democrática, constitui o local e a oportunidade quase que únicos, para onde convergem os anseios, esperanças e expectativas de se promover as transformações políticas e sociais que consideram indispensáveis e urgentes” (Masselli, 1998, p.106). O Assentamento torna-se o lugar onde se encontram técnicos e assentados, enquanto segmentos comprometidos com as transformações sociais.

Na vontade de contribuir com as transformações sociais, os técnicos acabam se incorporando à vida dos assentados a ponto de em muitos casos se confundir com os próprios sem-terras. Aí o técnico transforma-se num assentado. Além de ensinar técnicas de cultivo, eles devem se colocar como um companheiro de lutas dos assentados. Demonstrando comprometimento com as lutas dos trabalhadores, ele pode adquirir a sua confiança. Por isso, é preciso levar o assentado a reconhecer o técnico como um companheiro de lutas e não apenas um profissional da área.

Entretanto, cabe observar, que existe o risco dos técnicos deixarem de atuar nas reivindicações dos assentados, ou seja, naquilo que o assentado quer ser, para atuar naquilo que eles próprios entendem como importante nos assentamentos. O exemplo de produção coletiva é um caso ilustrativo. Neste contexto, pode-se referir às propostas de coletivização da produção agrícola no sentido do assentamento assemelhar-se a uma empresa, o que permitiria a transplantação dos conhecimentos desenvolvidos para a grande propriedade para a cooperativa e assentamentos. A coletivização a qualquer custo, muitas vezes, é uma forma de torna-se grande como é grande uma fazenda. A maioria dos técnicos apresentam ideário de assentamento semelhante àquele preconizado pelo MST e cooperativas de sem-terra, acreditando que a grande “alternativa” seja a implantação de uma cooperativa de modelo empresarial de exploração agrícola, o que viabilizaria a organização dos assentados.

Motivados pelos compromissos políticos assumidos, muitos técnicos acabam exercendo uma forte pressão para que certos modelos de organização da produção possam ser implementados. Destaca-se o empenho de técnicos no sentido de demonstrar a superioridade da produção coletiva/associativa. Verifica-se muitas vezes, que se recorre a determinados argumentos, comprovando “cientificamente” que a sua proposta é positiva. A convicção de seu acerto é comprovada até matematicamente. Enfim, apresentam dados que comprovam positivamente a forma de organização coletiva.

Muitas vezes, ao chegar no assentamento, os técnicos assumem a proposta de viabilidade dos assentamentos defendida pelo MST e pelas cooperativas. Não se trata de uma concepção de organização dos assentamentos, imposta pelas cooperativas, pois na maioria dos casos os próprios técnicos assumem estas idéias por acreditarem nelas.

Os assentados não necessitam de qualquer técnico, pois não mais se submetem à imposição daquele que teoricamente conhece sobre o assunto. Nos assentamentos precisa-se de um técnico que possa estabelecer uma relação democrática com o assentado. “É, pois, no caráter democrático da relação entre técnicos e assentados que reside a possibilidade de se problematizar a própria reprodução de relações de dominação e, assim, construir um saber que instrumento

a libertação da classe trabalhadora”. (Masselli, p.92) Além disso, a relação desigual entre técnicos e assentados, ou seja, aquele que sabe e aquele que não sabe, deve ser relativizada. Trata-se de valorizar o saber camponês dos assentados, sem desprezar a importância do conhecimento científico/teórico dos técnicos, promovendo uma interação entre o conhecimento empírico e o científico.

A assistência técnica prestada pelo Estado através do Projeto Lumiar não deve ser entendida como um instrumento de reprodução das relações dominantes. O fato dos sem-terras e assentados, através das cooperativas, tanto de produção como de prestação de serviços, imprimirem a direção política à assistência técnica nos assentamentos atendido pelo Lumiar, é entendida pelo Estado como um fato desfavorável.

Por outro lado, a direção e controle da assistência pelo movimento dos sem-terras, podem indicar uma importante conquista para os trabalhadores, onde o Inbra repassa os recursos para a assistência, e os trabalhadores assentados, através das suas várias instâncias organizativas, cooperativas, principalmente, administram tais recursos para a viabilização de uma orientação técnica de acordo com os propósitos dos trabalhadores assentados. Assim, o técnico deixa de ser um representante do Estado no assentamento para representar os segmentos organizativos dos trabalhadores. O controle sobre a assistência técnica dos assentamentos atendidos pelo Lumiar tem colocado obstáculos à participação de segmentos não reconhecidos como importantes para o MST.

Antes das experiências de luta de conquista da terra, muitos trabalhadores não reconheciam e não percebiam a necessidade da assistência técnica. As informações, muitas vezes, estavam reduzidas à troca de experiências entre os próprios agricultores. Ao estabelecer novas relações com a terra, agora na condição de trabalhadores assentados, se motivou outras reflexões sobre a relação entre o trabalhador e a terra. As antigas formas de exploração foram vistas como prejudiciais à sobrevivência dos agricultores, manifestadas na dificuldade de permanência na terra conquistada (Masselli, p. 93).

Considerações finais

Diante das questões propostas para o trabalho e tratadas nesta abordagem, pode-se chegar à algumas verificações sobre a importância da produção de milho e feijão nos assentamentos atendidos pelo Projeto Lumiar.

As culturas de milho e feijão, desenvolvidas na maioria das parcelas representam uma significativa renda para as famílias assentadas. Além da produção destinada ao comércio, estas culturas destacam-se no consumo alimentar e na sustentação de outras atividades no interior dos lotes. É importante observar que o desenvolvimento destas lavouras não está necessariamente norteado para atender as necessidades dos mercados, mas pode-se verificar que estas culturas são desenvolvidas para garantir a sobrevivência das famílias. Isto não quer dizer que a produção nos assentamentos é toda consumida no lote (agricultura de subsistência). Evidentemente, uma parte significativa da produção é destinada ao mercado. Entretanto, os assentados organizam a produção de milho e feijão, colocando como prioridade a satisfação das necessidades da família. A conversão de mercadorias em

dinheiro é para adquirir outras mercadorias e garantir a satisfação das necessidades da família e não ampliar o dinheiro.

Entretanto, observa-se que a inserção cada vez mais do assentado ao mercado significa a sua subordinação, quando se sobrepõe interesses do acúmulo capitalista e não necessariamente os interesses das famílias. Neste contexto, as culturas de milho e feijão não estão incorporadas diretamente à dinâmica de mercados, visto que grande parte da produção é destinada ao consumo no próprio lote, ou quando vendida, muitas vezes, seus preços não são regulados pela lógica do mercado capitalista.

Pode-se verificar também, que a organização da assistência técnica, tema vinculado à produção nos assentamentos, é resultado das novas concepções dos agricultores sem-terra, onde o agricultor pode ser atendido e orientado por equipes de assistência técnica.

Neste contexto pode-se avaliar, a participação dos técnicos do Lumiar na orientação aos assentados. O Projeto Lumiar, considerado como um passo importante na extensão rural e assistência técnica é um mecanismo fundamental para contribuir na viabilidade produtiva dos assentamentos, visto que a Emater/PR encontra dificuldade de realizar este acompanhamento técnico.

Bibliografia

- ABRA (Associação Brasileira Reforma Agrária). *Assentar, Assentados e Assentamentos. Solução ou Atenuante*. Campinas, ABRA, v. 22, 1992.
- Abramovay, R. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. São Paulo: Hucitec. 1992.
- _____. *O Mundo Desencantado do Assentamentos*. In: Medeiros, L. et. al. *Assentamentos Rurais- Uma Visão Multidisciplinar*. São Paulo, Unesp. 1994. 313- 320.
- Almeida, R. A. *Diferentes Modos de Organização de Explorações Familiares no Pontal do Paranapanema (Reassentamento Santa Rosa e Assentamento Santa Clara)*. Presidente Prudente: Unesp, 1996. Dissertação de Mestrado em Geografia.
- Bergamasco, S. M.P. *A Realidade dos Assentamentos por Detrás dos Números*. In: Estudos avançados/USP. São Paulo. USP. vol. II. n. 31. set/dez. 37/49. 1997.
- Bonin, A. A. et al. *A Luta Pela Terra no Paraná Recente*. In: Paz, F. *Cenários de Economia e Política-Paraná*. Curitiba. Prephacio. p. 119/143. 1991.
- Concrab. *Sistema Cooperativista dos Assentados*. 2 ed. São Paulo. Concrab. Caderno de Cooperação. n. 5. 1998.
- COTRARA. *Relatórios de Atividades-Equipes Locais*. COTRARA: Curitiba. 1999.
- Fernandes, B. M. *MST-Formação e Territorialização*. São Paulo: Hucitec. 1996.
- _____. *Gênese e Desenvolvimento do MST*. São Paulo: MST. 1998.
- Ganziroli, C. *Reforma Agrária; Viabilidade Econômica no Contexto de uma Política Agrícola em Transformação*. In: Medeiros, et. al. *Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar*. São Paulo: Unesp, 1994. p. 261-269.
- Görge, F. S. A, Stedile, J. P. (Orgs.). *Assentamentos: Resposta Econômica da Reforma Agrária*. Petrópolis: Vozes. 1991.
- Grzybowski, C. *Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo*. 2 ed., Petrópolis: Vozes. 1990.
- INCRA/CRUB/UNB. *I Censo da Reforma Agrária no Brasil*. Brasília: Incra. 1998.
- INCRA. *Projeto Lumiar*. Brasília: Incra. 1996.
- _____. *O Incra e o Assentamento*. Brasília: Incra/PNUD. s/d.
- Martins, J. S. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. 4 ed., Petrópolis: Vozes. 1990.
- Masselli, M.C. *Extensão Rural entre os Sem-Terra*. Piracicaba: Unimep. 1998.
- Medeiros, L.S. et al. (Org). *Assentamentos Rurais: Uma Visão Multidisciplinar*. São Paulo: Unesp. 1994.
- _____. *A Luta Pela Terra e os Assentamentos Rurais no Estado do Rio de Janeiro*. In: Medeiros, L.S. Leite. *S A Formação dos Assentamentos Rurais no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade. 117/160. 1999.
- _____. *Reforma Agrária: Concepções, Controvérsias e Questões*. <http://www.dataterra.org.br>. 1999.

- MST *Construindo o Caminho*. São Paulo: MST. 1986.
- Oliveira, A. U. Geografia e Território: Desenvolvimento e Contradições na Agricultura. In: XII *Encontro Nacional de Geografia Agrária*. n, 12. 1994, Águas de São Pedro. Mesas Redondas.
- Rio Claro: IGCE, p.24-51.
- Sampaio, P.A. *Duas Lógicas Paralelas na Análise da Agricultura Brasileira*. In: Estudo Avançados/USP. São Paulo. USP. vol. II. n. 31. set/dez. 117/129. 1997.
- Silva, J.G. *Industrialização e a Urbanização da Agricultura Brasileira*. São Paulo em Perspectiva: São Paulo. V.7. p. 2-10. n. 03. jul/set. 1993.
- _____ *O Rural Paulista (muito além do agrícola e do agrário)*. São Paulo em Perspectiva: São Paulo. v. 10. p. 60-72. 1996.
- Soares, S.M.O. *Diagnóstico e Planejamento de uma Área de Reforma Agrária*. Maringá. Monografia de Bacharelado em Agronomia. 1996.